assojubs
servidores do judiciário sp

O PROCESSO

Informativo da Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo • Ano 11 • Edição 27 • AGO/SET/OUT/2015

Vitória da luta da categoria!

Apesar da redução em 25% da criação dos cargos de assistentes sociais e psicólogos, PLC 06/2013 é aprovado na Alesp

PÁGINA 6

Carreira

Associação, demais entidades e Tribunal discutem a valorização dos escreventes

PÁGINA 5

Assojubs, Sintrajus e Daraj 7

Falta de climatização nos fóruns é mais uma vez pauta de tratativa

PÁGINA 7

Esportes

Conheça as equipes campeãs do IV Festival de Futsal Kids Jubs

PÁGINA 11

Evento

Noite do Caldo Verde com apresentação de Osvaldinho do Cavaco e Amigos

PÁGINA 12

Editorial

Ajuste do andar de baixo

A crise internacional, iniciada em 2008, tem sido duradoura e demonstrado seus tentáculos com uma recessão que assola o país. Com a palavra, a senhora diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, em março deste ano: "A recuperação econômica global continua muito lenta, muito frágil e muito desigual".

A atual crise não nasceu aqui. Mas de um dos pilares do projeto neoliberal que é a desregulamentação do sistema financeiro. Ela hibernou até explodir em 2008, nos Estados Unidos (EUA), com a bolha imobiliária, quando a taxa de juros das hipotecas começou a subir, diminuindo a procura de imóveis e derrubando os preços dos mesmos. Espalhou-se pelo mundo afora.

Críticos ao Governo Federal dizem que este se descontrolou com os gastos dando subsídios e benefícios não sustentáveis. A defesa da equipe econômica argumenta que as medidas serviram para preservar os empregos e renda.

O esforço dado para equilibrar as contas do Estado Brasileiro e voltar a fechar no azul chama-se "Ajuste Fiscal". É o caminho que busca equilibrar receitas e despesas através dos cortes de gastos. Um "Ajuste Fiscal" não objetiva somente a questão econômica, mas também a social. O corte de gastos públicos de mais de R$ 70 bilhões atingiu os ministérios da Saúde e Educação. Ao mesmo tempo, a política de elevação de juros transferiu aos rentistas em torno de R$ 150 bilhões. Portanto, cortou de todos e transferiu para poucos. Os bancos brasileiros tiveram os maiores ganhos de créditos em seis anos, o chamado "spread" bancário, a diferença entre os juros que os bancos pagam para captar dinheiro e o que cobram para emprestar, atingiu 29,9% em maio de 2015 - é o maior desde janeiro de 2009 quando alcançou 30,5%.

A elevação da gasolina e eletricidade trouxe uma antiga inimiga da população: a inflação. A consequência imediata é a renda do trabalhador diminuir e, com isso, os ganhos reais dos últimos anos no salário mínimo.

Por que não aproveitar a situação de necessidade de receita e regulamentar o Imposto de Grandes Fortunas (art. 153, VII), disposto na Constituição Federal desde 1988 (mais de 26 anos!)? Por que não cumprir o art. 26 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Provisórias) também da CF, que prevê uma auditoria na dívida pública, uma vez que consome grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) - toda renda que um país produz - só para pagamento de juros?

A abrangência deste ajuste não se limita à esfera federal, mas aos estados. O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), por exemplo, em fevereiro deste ano assinou o Decreto nº 61.132/2015, que proíbe aumento nos salários dos funcionários públicos de todos os órgãos da administração direta, autarquias, fundações e sociedades de economia mista. Mas antes, em janeiro, promulgou o reajuste de seu próprio salário, do vice e do seu secretariado, aprovados pelos deputados estaduais em dezembro passado.

O grande problema deste ajuste é que só a classe trabalhadora vem pagando a conta.

Enquanto isso, no Poder Judiciário, em setembro do ano passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) à época, Luiz Fux, deferiu uma liminar na ação originária nº 17.773/DF determinando o pagamento de auxílio-moradia no valor de R$ 4.377,73 a todos os juízes do país. Logo após, em outubro, foi a vez do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentar o tema com a resolução nº 199 de 07.10.2014. Acontece que a Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), de 1979, não assegura o gozo desse auxílio, apenas faculta sua instituição "na forma da lei". No âmbito federal, só há previsão para os membros do Ministério Público Federal (Lei Complementar nº 75/93) em casos cujas condições de moradia sejam particularmente difíceis e onerosas.

A nova Loman será discutida a partir de agosto. O atual presidente do STF, Ricardo Lewandowski, apresentou novo anteprojeto em substituição ao elaborado pelo ministro Gilmar Mendes. O texto apresentado e as emendas sugeridas por Fux contêm, dentre elas: reajuste dos magistrados baseado na inflação dos últimos 12 meses, previsão de inflação para o ano seguinte, crescimento do PIB e um fator denominado como "necessidade de valorização institucional da magistratura".

Com essa "valorização", o novo salário começaria a vigorar a cada 1º de janeiro, com auxílio alimentação, moradia, creche, educação para os filhos entre 06 e 24 anos, plano de saúde, extra de até 20% do salário para pós-graduação, até três subsídios para auxílio mudança, pagamento de auxílio transporte na falta de carro oficial, extras por participação em bancas para concurso, férias de 60 dias, proibição da condução do magistrado à delegacia mesmo em caso de flagrante e a perda de prerrogativas do CNJ, quando as punições aos magistrados caberiam às corregedorias.

Momentos de crise como esta são usados como justificativas pelos governantes para retirar direitos dos trabalhadores - vide o Projeto de Lei 4330/2004, que trata das terceirizações -, bem como arrochar os salários. Os trabalhadores devem ter consciência de que, mais do que nunca, precisam estar juntos com o propósito de melhorar os salários e condições de trabalho. Senão, projetos como PLC 30/2013, que trata do reajuste dos servidores, serão esquecidos, igualmente à diferença de 1,18% referente ao cumprimento da data-base deste ano, os percentuais de 4,7% (março a novembro de 2010) e 1,5% (março a agosto de 2011), a valorização dos escreventes, PLC 56/2013 (nível universitário para os oficiais de justiça) e a extensão aos agentes operacionais e de serviços o mesmo direito concedido aos agentes administrativos.

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de "O Processo" para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias e crônicas.

EXPEDIENTE

assojubs servidores do judiciário sg

Diretoria
Alexandre dos Santos - presidente
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente
Rosângela dos Santos - secretária geral
Silvio José Realle - tesoureiro
Michel Iorio Gonçalves - 1º secretário
Laércio Armesto - 1º tesoureiro

Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
José Carlos de Almeida - diretor de comunicações
Paulo Ferreira Luz - diretor de organização política e sindical
Mário Augusto Bernardes - diretor de convênios
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor de esportes
Solange Martins de Oliveira Fernandes - diretora social e cultural

Conselho
Adelson Pereira Gaspar / Paulo Afonso Filgueiras Júnior / Paulo Sampaio Mercadante Filho / Alessandro Muniz Barreto

Redação
Camila Marques e José Carlos de Almeida
Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448

Diagramação: www.cassiobueno.com.br - Impressão: Gráfica Diário do Litoral - Tiragem: 5.500 mil exemplares

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo - Assojubs
Assojubs Santos – Av. São Francisco, 276/278, Centro, Fone: 3223-2377 - 3223-5278

Assojubs São Vicente – Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo – Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade, Fone: (11) 3101-6085
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.com.br - www.assojubs.org.br

Associação

Prestação de contas do período de janeiro a dezembro de 2014 é aprovada

Por meio de edital divulgado, os associados da Assojubs estiveram reunidos em Assembleia Geral Ordinária na noite do dia 27 de maio, no Auditório da entidade, em Santos, e aprovaram por unanimidade a pauta da ocasião: a prestação de contas do período de janeiro a dezembro de 2014.

Aberta a Assembleia, inicialmente houve a leitura do parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Assojubs acerca da prestação de contas. Na sequência, foi descrito o balanço das receitas e despesas do ano de 2014, bem como a composição patrimonial do mesmo período.

Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs e os diretores Rosângela dos Santos e Silvio Realle, secretária geral e tesoureiro, Paulo Afonso Filgueiras Júnior, membro do Conselho Fiscal, e Elaine Rodrigues Laurindo, do Departamento Jurídico da entidade formaram a mesa de trabalho. Também esteve presente Sônia Aparecida Fraga Andrade, responsável pela contabilidade da associação.

Ao encerramento da leitura dos documentos, sem quaisquer dúvidas ou questionamentos do apresentado na Assembleia, em regime de votação, a prestação de contas foi aprovada pelos associados participantes.

PEC 555/2006

A mobilização pela revogação da contribuição dos servidores aposentados e pensionistas

Não é de hoje que os trabalhadores públicos são atacados no que diz respeito à redução de seus direitos. E uma das medidas mais significativas, que provocou profundas mudanças na previdência do funcionalismo, é a Emenda Constitucional (EC) 41/2013. Ela alterou as regras para a aposentadoria e criou uma contribuição de 11% sobre o total dos vencimentos dos aposentados e pensionistas. Para tentar combater essa taxação, servidores e representantes lutam pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/2006.

A Emenda Constitucional nº 41 foi aprovada no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT), em tempo recorde, pelo Congresso Nacional no dia 31 de dezembro de 2003, literalmente ao "apagar as luzes" da Casa Legislativa quando de seu encerramento das atividades do ano.

Com a Emenda Constitucional, aumentou-se o tempo de contribuição e o tempo de idade para viabilizar a aposentadoria e taxou os servidores que recebem proventos acima do teto do INSS, aplicando-se uma alíquota de 11% sobre o valor maior desse teto, atualmente de R$ 4.390,24.

A PEC 555/2006, de autoria do ex-deputado federal Carlos Domingos Mota Coelho (PSB/MG), pleiteia, de forma simples e direta, a revogação do Artigo 4º da EC 41, justamente o que trata da contribuição dos servidores aposentados e pensionistas.

A PEC ficou anos sem andamento na Câmara Federal. Mas, em 2010, sua movimentação no Congresso foi retomada por meio do apoio de parlamentares favoráveis aos servidores públicos e entidades representativas do funcionalismo. Nesse mesmo ano, a Comissão Especial acatou o relatório do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), um substitutivo que, se aprovado, extinguirá a contribuição ao longo de cinco anos em percentuais crescentes.

Faria de Sá propõe no substitutivo o seguinte: que o contribuinte previdenciário com menos de 61 anos continue a recolher segundo o sistema vigente, mas o redutor em referência será de 20% ao ano, e a partir de 61 anos incidirá sobre os 11% da contribuição, ano a ano, até atingir os 65 anos, idade limite para se obter a isenção.

Ou seja, aos 61 anos, o servidor teria reduzido em 20% a contribuição imposta pela EC 41, aos 62 anos este percentual seria de 40%, e assim sucessivamente até que aos 65 anos o aposentado deixasse de contribuir em definitivo.

De 2010 para cá, mais de 600 requerimentos foram apresentados pelos parlamentares para que a PEC 555/2006 seja inserida na ordem do dia para votação e atualmente a proposta tramita sob Regime Especial. As entidades representativas das diferentes esferas do funcionalismo conseguiram apoio da maioria dos líderes de partidos políticos, mas, sem acordo entre as bancadas, a matéria não entra em pauta.

Atos, apitaços e audiências públicas pelo país também já foram organizados, com participação massiva dos servidores públicos, em prol da PEC no intuito de servir como instrumento de pressão e para que o tema seja posto em votação no Congresso Nacional.

Portanto, servidor, fique atento às atividades que virão, pois sua presença é de suma importância para a luta!

Redução da contribuição dos inativos - PEC 555/2006

61 anos - 20%
62 anos - 40%
63 anos - 60%
64 anos - 80%
65 anos - isento

Substitutivo proposto pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá

Exercício de 2016

Comissão de Orçamento do TJ reúne-se com entidades, mas não presta esclarecimentos sobre a peça orçamentária

Em uma reunião entre a Assojubs, demais entidades representativas do Judiciário e a Comissão de Orçamento do Tribunal de Justiça, realizada no dia 22 de junho, no Palácio da Justiça, Capital, nada de números da peça orçamentária elaborada pelo Judiciário para o exercício de 2016. Nem de respostas acerca do cumprimento total da data-base, a diferença de 1,18% para a reposição salarial do período, de 7,68%, ou os débitos relativos à data base de 2010 (4,77% não aplicado sobre os vencimentos de março a novembro) e 2011 (1,5% não aplicado sobre os vencimentos de março a agosto).

Era para ser um encontro com o objetivo de se discutir o orçamento do TJ-SP para 2016. Mas os membros da Comissão de Orçamento não apresentaram o valor da peça a ser encaminhada ao Executivo, aprovada pelo Órgão Especial em 17 de junho, informando apenas que se for colocado no estudo tudo que é devido aos servidores, ultrapassaria o índice de 6% previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

À ocasião, a Comissão de Orçamento foi composta pelos desembargadores José Helton Nogueira Diefenthaler Junior, Álvaro Augusto dos Passos, Wanderley Jose Federighi e o juiz assessor Afonso de Barros Faro Júnior. O desembargador Antônio Carlos Malheiros também esteve presente, bem como a AASPTJ-SP, Apatej, Affocos, Fespesp, Aecoesp, Assojuris e Sindjesp Caieiras e São Paulo.

Silvio Realle, diretor de Tesouraria da Assojubs, com o desembargador Álvaro Augusto dos Passos

A Assojubs foi representada por Alexandre dos Santos (presidente), Luiz Milito (vice-presidente) e Silvio Realle (diretor de Tesouraria).

Com dúvidas, as entidades argumentaram que a reunião seria justamente para as explicações sobre a melhor utilização das verbas no intuito de contemplar as reivindicações dos servidores, pois a dívida do TJ com a categoria só aumenta a cada ano, enquanto que com os magistrados, os pagamentos são efetuados constantemente.

Em suas alegações para as diferentes cobranças dos dirigentes, o Tribunal disse que o presidente do Órgão, desembargador José Renato Nalini, vem trabalhando para que haja uma suplementação de verbas por parte do Executivo, mas que seus encontros com Geraldo Alckmin (PSDB) não têm sido promissores. A justificativa do governador é a crise econômica e jogou a seguinte indagação: "Como vou fazer o repasse ao Judiciário para compor o montante que falta para a data-base se para os funcionários do Estado nem houve a reposição?".

A crise e um provável rombo nas contas do TJ são colocados por Nalini em suas falas à imprensa. Mas os representantes questionaram essas informações e cobraram uma resposta, pois como é possível saber que há esse déficit de R$ 700 milhões, como disse o presidente, já no mês de maio?

A cobrança dos servidores também chegou aos 4,77% e 1,5%, dívida com a categoria que o Tribunal foi "empurrando com a barriga" e já se encontra na terceira gestão diferente sem previsão para ser quitada.

Para o pagamento desses débitos, as entidades expuseram a viabilidade legal da utilização do Fundo Especial de Despesas.

Ao encerramento da reunião, ficou definido que as colocações serão levadas para o presidente. Até o momento do fechamento desta edição de O Processo, nenhuma resposta foi apresentada e nem uma nova discussão com as entidades marcada.

Morosidade

Assojubs, representantes do funcionalismo e Depre debatem o pagamento de precatórios

Em 30 de julho, a Assojubs e demais entidades representativas do funcionalismo público estadual estiveram reunidas com o desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro, coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios do Tribunal de Justiça, na Capital, para esclarecimentos sobre a demora no pagamento dos débitos aos trabalhadores. E, de acordo com as informações prestadas no encontro, o Depre encontra-se "em dia" com suas demandas, o problema no que diz respeito ao recebimento dos créditos é um "gargalo na expedição de guias".

A discussão entre entidades e Tribunal foi uma solicitação da Fespesp (Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo). E o direcionamento para o Depre foi encaminhado pela Presidência do Órgão. Tal pedido se deu visando acelerar os prazos para quitar essa dívida da Fazenda Pública com o trabalhador, que se aposenta, adoece e muitas vezes vêm a óbito antes mesmo de vislumbrar esse crédito.

O explicado por Aliende é que o serviço desenvolvido pelo Depre está em ordem. As cobranças são feitas às entidades devedoras e os valores pagos são encaminhados para os processos. Segundo o desembargador, a morosidade está nas varas e setores de execução. "O dinheiro é repassado rapidamente e não chega aos credores porque está parado, em meu entendimento, por falta de funcionários para expedir as guias. A necessidade de uma estrutura melhor está prejudicando os andamentos".

Aliende ressaltou que 60% dos devedores do Estado já pagam seus precatórios e até 2017 o percentual chegará até 80% quitando no exercício seguinte. "Do defiro levantamento para sair a guia é necessário mão de obra para expedi-las. Aqui [Depre] não é o setor de execução".

Na reunião, a Assojubs foi representada por Michel Iorio, 1º secretário e também coordenador geral do Sintrajus, que falou ao desembargador sobre capacitar o servidor para essa finalidade no trabalho de expedição de guias. Aliende concordou que "o treinamento do funcionário é relevante".

Por fim, o coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios alertou aos representantes que orientem os servidores a não venderem seus créditos para esses escritórios que os procuram oferecendo um valor bem abaixo do que os precatórios realmente valem.

Os precatórios são formalizações de requisições de pagamento de determinada quantia devida pela Fazenda Pública (União, estados, municípios, autarquias e Fundações Públicas de Direito Público) em face de uma condenação judicial.

Assojubs e representantes do funcionalismo em debate com o desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro, coordenador do Depre

Valorização dos escreventes

Em resposta à solicitação da Assojubs e demais entidades representativas, Tribunal realiza discussão

Atendendo uma solicitação da Assojubs e demais entidades, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo recebeu na tarde do dia 15 de julho, no Palácio da Justiça, na Capital, os representantes para dar início à discussão acerca dos assuntos pertinentes à maior carreira do Judiciário Paulista: a dos escreventes técnicos.

Além da Assojubs, presente à reunião com Alexandre dos Santos, presidente, e Silvio Realle, diretor de Tesouraria, estiveram o Sintrajus, com Michel Iorio, coordenador geral, a Assetj, Apatej, Affocos e Assojuris. Pelo Tribunal, participaram os juízes assessores Maria de Fátima Pereira da Costa e Silva e Fernando Awensztern Pavlovsky e Lilian Salvador Paula, secretária de Planejamento de Recursos Humanos (SPRH).

A Assojubs esteve presente com Alexandre dos Santos, presidente, e Silvio Realle, diretor de Tesouraria, e o Sintrajus com Michel Iorio

O foco da tratativa foi a valorização do escrevente técnico judiciário, responsável pelo andamento da maior parte do trabalho desenvolvido dentro do TJ. Para isso, foi apresentada pelos dirigentes uma minuta de Projeto de Lei Complementar (PLC) com a proposta do requisito de nível universitário para o ingresso no cargo.

"Essa proposta é, na prática, essencial devido às diversificadas demandas que os servidores da carreira são submetidos", ressaltou Michel Iorio, coordenador geral do Sintrajus. Em sua fala, lembrou que, apesar do advento da tecnologia, a carga de trabalho do escrevente não diminui, pelo contrário, pois o excesso de ações judiciais e a digitalização do sistema trouxeram novas ferramentas para realizar o serviço.

"Essa abertura, com a reunião de hoje, foi necessária porque era um anseio da categoria. Os escreventes querem algo que funcione, a médio prazo, com ações que permitam promover essa valorização da carreira, principalmente no que diz respeito à questão salarial, hoje totalmente defasada ", frisou Alexandre dos Santos, presidente da Assojubs.

Ao final da discussão foi definido que a proposta dos dirigentes será levada ao conhecimento do presidente, desembargador José Renato Nalini, e, na sequência, será feito um estudo do impacto financeiro que o Projeto de Lei Complementar implicaria aos cofres do Órgão. Assim que o Tribunal obtiver esses dados, agendará uma nova reunião com os representantes.

Remoção 2015

Trabalho do Comitê do Processo está em fase de análise dos recursos

O Comitê do Processo de Remoção 2015, do qual a Assojubs faz parte com seu presidente, Alexandre dos Santos, está em pleno trabalho. Atualmente, seus membros atuam na fase de análise dos recursos encaminhados pelos servidores pleiteantes às mudanças de comarcas.

Assim que finalizada essa análise, a Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos (SPRH) do Tribunal de Justiça fará a divulgação da lista final do Processo de Remoção 2015 para os cargos de agente administrativo, escrevente técnico judiciário, oficial de justiça, assistente social, psicólogo e contador, bem como as orientações de quando os servidores poderão assumir seus postos de trabalho nas comarcas escolhidas.

Além da Assojubs, fazem parte do Comitê do Processo de Remoção 2015: Elisabete Borgianni (AASPTJ-SP), José Gozze (Assetj), Mário José Mariano (Apatej), Adolfo Benedeti (Assojuris), Maurício Queirós (Affocos), Maria Fernanda de Toledo Rodovalho (juíza assessora da Presidência), Pedro Cristóvão Pinto (secretário da Primeira Instância), Tarcísio dos Santos (secretário da Área da Saúde), Solange Moreira Rocha (coordenadora da CPRH 1), Elaine Ruy Magalhães (secretária Judiciária) e Lilian Salvador Paula (secretária de Planejamento de Recursos Humanos).

Vitória da categoria!

Apesar do golpe com a redução em 25% da criação dos cargos de assistentes sociais e psicólogos, PLC 06/2013 é aprovado na Alesp

Desde o início do ano, uma incansável luta na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), com gestões junto aos parlamentares e muita pressão, vem sendo realizada pelos servidores. E após meses de persistência, finalmente uma conquista - mesmo que parcial – para a categoria: aprovada em sessão extraordinária, na noite de 5 de agosto, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 06/2013, que versa sobre a criação de cargos de assistente social e psicólogo.

Apesar do golpe sofrido pela categoria com a apresentação da emenda aglutinativa nº 2 ao PLC pelo líder do Governo na Assembleia, o deputado Cauê Macris (PSDB), cortando os cargos para apenas 25% do projeto original, diante do quadro atual, é, sim, uma vitória, já que o concurso vigente desde 2012 estava prestes a perder a validade agora em agosto.

Outra emenda já havia sido apresentada, garantindo os cargos, mas de forma escalonada em cinco anos. Com a aglutinativa nº2, serão chamados prontamente 95 assistentes sociais e 42 psicólogos.

O movimento dos servidores na Alesp só comprova que a batalha é árdua, cansativa e sofrida, mas vale a pena, pois se não fosse a presença massiva dos assistentes sociais e psicólogos semanalmente na Casa, com reuniões, Audiências Públicas, visitas aos gabinetes e seguidas ocupações do Plenário Juscelino Kubitschek, local onde acontece a votação dos projetos pautados para a ordem do dia - com faixas, cartazes, camisetas e manifestações orais -, a aprovação não teria acontecido.

Os diversos momentos da luta dos assistentes sociais e psicólogos na Alesp pela aprovação do PLC 06/2013; a Assojubs e demais servidores estiveram presentes em apoio à mobilização

E a batalha pela aprovação do PLC 06/2013 não se resume apenas à contratação de profissionais. São inúmeros atendimentos pelo Estado que dependem do trabalho das equipes técnicas, pois são os assistentes sociais e psicólogos que subsidiam magistrados em suas decisões nos casos de conflitos familiares (disputa de guarda, pensão alimentícia, regulamentação de visitas), violência contra idosos e doméstica, adoção, adolescentes em desordem com a lei, entre outras situações.

Com o aumento demográfico e da vulnerabilidade, as demandas da justiça se multiplicaram, deixando as equipes técnicas defasadas e assoberbadas. Existem comarcas que para um milhão de habitantes há menos de 15 assistentes sociais de psicólogos. As unidades cartorárias não diferem muito, por isso a morosidade do Judiciário. As vagas abertas nos concursos em andamento nem de longe suprem o déficit de funcionários existente no Tribunal de Justiça para dar celeridade aos andamentos processuais.

Foi uma conquista difícil e não se deu em sua totalidade, mas, mesmo com corte, é justa a comemoração porque mostrou a força e a capacidade de luta que o servidor tem. E esmorecer? Jamais, pois há muita superação ainda por vir, os ataques aos direitos dos servidores são constantes. E se renovam.

Parabéns aos assistentes sociais, psicólogos e aos companheiros da AASPTJ-SP pelo exemplo de mobilização e pela vitória. E agradecimentos ao deputado Carlos Giannazi (PSOL) e demais parlamentares pelo apoio constante aos pleitos dos judiciários.

O que se comprovou com esse movimento na Assembleia Legislativa é que vale a pena ter ideais, acreditar e batalhar por eles. O resultado vem, mas antes dele aparecer, o caminho é repleto de obstáculos. Por isso, servidor, é sempre válido repetir: "Só a luta muda a vida!"

E rumo às novas conquistas!

Condições de trabalho

Falta de climatização nos fóruns é mais uma vez pauta de tratativa entre Assojubs, Sintrajus e o Daraj 7

Na tarde de 20 de julho, a Assojubs e o Sintrajus estiveram reunidos com Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, juiz responsável pela Diretoria do Departamento de Administração da 7ª Região Administrativa Judiciária (RAJ), para tratar de demandas das comarcas abrangidas pelo Daraj 7, principalmente no que tange à falta de climatização em alguns fóruns.

Por terem estado com o juiz assessor Mário Sergio Leite, da Assessoria de Patrimônio e Contratos do Tribunal de Justiça, no dia 14 de julho em um breve encontro no Palácio da Justiça, na Capital, sobre as questões recorrentes da Baixada Santista, Assojubs e Sintrajus apresentaram as informações obtidas nessa reunião para Marinho.

Na ocasião dos representantes com Sergio Leite também participou Eduardo Roberto Alcântara, secretário de Administração do TJ, que relatou o andamento do que está sendo estudado e projetado para os fóruns de Santos (prédio central) e Cubatão, ambos incapacitados para a instalação de novos aparelhos condicionadores de ar, reivindicação constante dos servidores por conta do ambiente insalubre que as unidades cartorárias se tornam com a chegada do verão e as altas temperaturas registradas nos últimos anos.

Fórum Central de Santos

Segundo informado por Alcântara, o projeto para a capacitação da cabine primária de energia está pronto, é grandioso e vai equacionar o problema de vez. Está previsto a automação do equipamento, controlado e executado por meio de dispositivos mecânicos ou eletrônicos, resultando no sistema de climatização por andar.

De acordo com o juiz responsável pelo Daraj 7, com o projeto pronto haverá o prazo de 45 dias para finalizar a elaboração de edital para a contratação da empresa que fará a reforma. Na sequência, ocorrerá a divulgação e o período de licitação. Escolhido o prestador do serviço, serão 150 dias para a execução da obra.

Junto com Sergio Leite atua o juiz assessor Fernando Figueiredo Bartoletti, igualmente da Assessoria de Patrimônio e Contratos do TJ.

Fórum de Cubatão

Outra prioridade na lista de demandas do Daraj 7, o Fórum de Cubatão tem o mesmo problema de capacitação da cabine primária de energia. Mais viável o reparo, o projeto já foi finalizado, mas depende de recursos do próprio Daraj e, conforme exposto por Marinho, as verbas foram utilizadas para conter casos emergenciais ocorridos ao longo do semestre, o que comprometeu o orçamento da Diretoria da 7ª Região Administrativa Judiciária.

Assojubs e Sintrajus reunidos com Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, juiz responsável pela Diretoria do Departamento de Administração da 7ª RAJ

Dois exemplos colocados por Marinho que necessitaram de soluções com urgência foram o alagamento no Fórum de Praia Grande, em janeiro, e os reparos estruturais de diversos prédios do Vale do Ribeira. Essas adversidades geraram gastos não previstos e o orçamento teve que ser remanejado para contemplar tais exigências.

A obra no Fórum de Cubatão está incluída no orçamento para 2016 do Daraj 7 e segue sendo prioridade, assim como acontece com Santos.

Novo prédio

Assojubs e Sintrajus questionaram Marinho acerca do novo prédio, em Santos, que visa a ampliação das atividades jurisdicionais na região. O juiz responsável pelo Daraj 7 explicou que a entrega formal não foi feita, pois o locatário está realizando ajustes de acordo com as premissas contratuais para a ocupação efetiva do Tribunal. É possível que dentro de um mês a mudança aconteça.

Inicialmente, o novo prédio abrigará a Seção Administrativa de Distribuição de Mandados (SADM), o Colégio Recursal, a Secretaria da Área da Saúde (Perícias Médicas) e as unidades regionais do Daraj 7. Futuramente, a intenção é instalar o Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo) e as Execuções Fiscais.

A Assojubs e o Sintrajus se dispuseram a conhecer o local, assim que o mesmo estiver apto, e auxiliar no que for preciso para proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores.

Representantes

Na reunião com Marinho, a Assojubs foi representada por seu presidente, Alexandre dos Santos, e pelo diretor de Tesouraria, Silvio Realle. O Sintrajus se fez presente com Michel Iorio Gonçalves, coordenador geral, e Gisele Alonso, secretária geral.

assojubs
servidores do judiciário sp

NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS!
www.assojubs.org.br

Oficiais de justiça

A luta pela aprovação do PLC 56/2013

Por Luiz Milito

Há mais de 20 anos que os oficiais de justiça do Tribunal de Justiça do Estado de são Paulo (TJ-SP) lutam pela conquista do nível universitário como exigência para novos candidatos ao cargo. Eram outros tempos e outros projetos apresentados sobre o tema ficaram obstruídos. Mas, a partir da greve geral da categoria, em 2004, os debates foram retomados por comissões de servidores e entidades, como a Assojubs, a qual organizou o Núcleo de Oficiais de Justiça.

Porém, foi em 2012 que o tema se aprofundou e possibilitou no ano seguinte a proposta do surgimento do Projeto de Lei Complementar (PLC) 56/13, que dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de oficial de justiça e altera dispositivos na Lei Complementar nº 1.111, de 2010, de iniciativa do próprio Tribunal, mas como resultado de um processo de luta que teve o envolvimento de vários colegas em todo Estado. Esse é um setor da categoria com 5.200 funcionários na ativa e 2.500 aposentados.

O PLC 56 de 2013 foi para Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) no final daquele ano e passou por todas as Comissões da Casa, sendo aprovado seu caráter de urgência para ir à votação na plenária dos deputados. O projeto propõe como pré-requisito o nível universitário para a função, podendo ter formação em qualquer disciplina acadêmica para quem for ingressar na atividade, porém, para os que já são oficiais não há necessidade de comprovação do diploma e é extensivo aos aposentados. Sua importância é fundamental na valorização e melhoria da função. Outras demandas existem, mas o foco principal dos servidores é o projeto.

Como forma de buscar sua aprovação, os oficiais de justiça foram se engajando na luta, construindo um forte movimento, a partir da organização de comissões existentes em algumas Seções Administrativas de Distribuição de Mandados (SADM), as conhecidas Centrais de Mandados, agindo em conjunto com as entidades parceiras, com ajuda das redes sociais e de parlamentares favoráveis, que apoiam a mobilização, como o deputado Carlos Giannazi (PSOL).

Desta forma, foi realizada a primeira Audiência Pública na Assembleia Legislativa em 10 de dezembro de 2013, que contou com a presença de mais de 800 oficiais de justiça de diferentes comarcas do Estado. Desde então, a luta não parou. O projeto para ir à votação pelos deputados depende da vontade real do Tribunal em assumir seus gastos e do sinal verde do Executivo, ou seja, do governo de Geraldo Alckmin (PSDB), que tem no deputado Cauê Macris (também do PSDB), seu fiel representante na Alesp.

O jogo é duro contra a política de contenção de gastos para o serviço público do governo estadual. Mas nunca os trabalhadores conseguiram vitórias sem lutas! Foram nessas batalhas que uma unidade se construiu através da Comissão Geral dos Oficiais de Justiça do TJ-SP (CGOJ), que é uma forma de organização supraentidades.

Já se vão quase dois anos de enrolação - por parte do Judiciário + Executivo - e de luta e pressão dos oficiais de justiça. No momento atual, com alegação da falta de verbas para esse ano devido à crise econômica (afirmação do TJ e do Governo), mas diante da manifestação massiva dos servidores, foi proposta, por iniciativa do presidente da Alesp, deputado Fernando Capez (PSDB), a forma "Vacatio Legis" ("A Lei Vaga", o prazo legal que uma lei tem para entrar em vigor, ou seja, de sua publicação até o início de sua vigência).

A maioria dos oficiais de justiça consultados acerca da "Vacatio Legis" aceitou, além de ter decidido em Assembleia urgente, realizada na própria Alesp. Desse jeito, aprova-se o projeto agora e seus efeitos remuneratórios passariam a vigorar em janeiro de 2017, conforme decisão e concordância dos servidores.

Os oficiais, coordenados pela CGOJ, têm realizado por todo Estado ações em várias frentes, junto aos deputados, no Tribunal, e nas visitas do presidente, desembargador José Renato Nalini, às comarcas e fóruns. No Executivo, uma comissão foi recebida pelo vice-governador.

Vestindo camisetas com o logo PLC 56, oficiais de justiça são vistos em todos os lugares, lutando e exigindo a aprovação do projeto. Na Alesp, os servidores estão sempre às terças-feiras, pois foi um compromisso assumido por membros da categoria até conseguir a sua votação.

No dia 5 de agosto foi aprovado o PLC 06/13, que propõe a criação de cargos para assistentes sociais e psicólogos, depois de muita luta desses colegas, com apoio dos oficiais de justiça. O Governo rebaixou ao máximo a proposta original, aprovando 25% dos cargos do projeto, 95 para assistentes sociais e 42 para psicólogos, mas, mesmo com a redução, foi uma vitória da luta.

A luta dos oficiais de justiça na Assembleia Legislativa e marcando presença na visita do presidente, desembargador José Renato Nalini, à Comarca do Guarujá

Nesse sentido, os oficiais devem seguir o exemplo e continuar a mobilização e pressão. É uma batalha da qual não se deve desistir e persistir até a vitória final. Só a luta transforma a vida!

Os oficiais de justiça junto com a coordenação da CGOJ, com o apoio da Assojubs e demais entidades parceiras, seguem firme na mobilização.

Luiz Milito, vice-presidente da Assojubs e membro da Comissão Geral dos Oficiais de Justiça (CGOJ)

Iamspe

Firmado convênio com a Beneficência, mas atendimento é apenas para o Pronto Socorro

Desde o mês de junho os usuários na Baixada Santista do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual dispõem de atendimento do Pronto Socorro 24 horas prestado pela Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos (SPB), quando passou a vigorar o convênio firmado entre o hospital e o Iamspe.

Tal convênio foi celebrado no dia 8 de maio, em solenidade realizada na Sociedade Portuguesa de Beneficência. Acompanhando a cerimônia, estiveram Rosângela dos Santos, secretária geral da Assojubs, e Gisele Alonso, secretária geral do Sintrajus, que fazem parte da composição Regional da Comissão Consultiva Mista (CCM) do Iamspe, um grupo que incansavelmente luta por melhorias no atendimento médico e hospitalar para os funcionários públicos da Baixada Santista.

Participaram ainda Marcos Antonio Monteiro, secretário de Planejamento e Gestão do Estado, Latif Abrão Júnior, superintendente do Instituto, Ademir Pestana, presidente da SPB, Caio Donádio Albino, diretor presidente da Multimed, Sylvio Micelli, presidente da CCM Iamspe, Ênio Pinto de Almeida e Guilherme Nascimento, do Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo (Capesp), Cláudio M. Yamawaki, do Centro do Professorado Paulista (CPP), Viridiana Amaral Coelho, do Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo), e Neyde Silva Nascimento, da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp).

O convênio

Apesar de um grande ganho para os usuários do Iamspe na região, é preciso ressaltar que o contrato firmado entre o hospital e o Instituto não prevê consultas, somente atendimento no Pronto Socorro 24 horas. Os casos de emergência/urgência podem resultar em internações, com realização dos exames devidos e utilização da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), segundo esclarecimentos da Sociedade Portuguesa de Beneficência prestados aos representantes da Assojubs e Sintrajus, em encontro no dia 16 de julho, na SPB.

Composição Regional da CCM Iamspe com Sylvio Micelli, presidente da Comissão Consultiva Mista, em frente ao novo Ceama

Assim, se o usuário passar pelo Pronto Socorro da Sociedade Portuguesa de Beneficência, por outra assistência hospitalar, pelo Ceama (Centro de Assistência Médico-Ambulatorial do Iamspe) ou por qualquer consultório da rede credenciada do Instituto, se considerado como caso de urgência (atendimento em 24 horas) ou de emergência (risco iminente de morte), deverá ser encaminhado à SPB.

Foi informado também que o aporte financeiro de aproximadamente R$ 300.000,00 mensais repassado pelo Iamspe será insuficiente devido à demanda reprimida durante anos, sem um atendimento mínimo aos usuários da região.

A CCM Iamspe Baixada Santista e Litoral Sul protocolou recentemente ofícios destinados ao superintendente do Iamspe, Latif Abrão Júnior, com solicitação de cópia do contrato firmado para estudo.

Inaugurada novas instalações do Ceama Santos

No mesmo dia 8 de maio houve a inauguração solene do novo prédio do Ceama Santos, o Centro de Assistência Médico-Ambulatorial do Iamspe, localizado na Av. Afonso Pena, 219, no Estuário (próximo à Praça Palmares, no Canal 4). O local é adaptado às necessidades de locomoção dos usuários.

Após sete anos de luta por melhorias na prestação do serviço na Baixada Santista, celebrações de convênios frustradas e descredenciamento de clínicas, os servidores públicos usuários do Iamspe agora usufruem dessa conquista, que reverte em benefício aos cerca de 36 mil funcionários e dependentes na região.

Mas a luta e o trabalho da Comissão Regional da CCM por outros avanços para um atendimento de excelência do Iamspe, que já foi referência em saúde no Estado, continuam.

Os telefones do Ceama Santos são (13) 3234-6569, 3232-5523 e 3223-9200 (adm).

Assojubs e Sintrajus presentes

Relançada na Alesp a Frente Parlamentar em Defesa do Instituto

No dia 25 de junho a Assojubs e o Sintrajus estiveram na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), no Auditório Paulo Kobayashi, para o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe. Na ocasião, em conjunto com a Comissão Consultiva Mista (CCM) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, foi realizada uma Audiência Pública.

A Assojubs e o Sintrajus, que fazem parte da Comissão Regional da CCM Baixada Santista e Litoral Sul, foram representados por Rosângela dos Santos, secretária geral da associação, e Michel Iorio, coordenador geral do sindicato.

O objetivo da Frente Parlamentar, segundo seu coordenador, o deputado Marcos Martins (PT), é enfrentar os problemas do Iamspe para que ele continue sendo público e, principalmente, "lutar para que o Estado dê a contribuição de 2% (sobre a folha de pagamento) que lhe é devida, mas não cumprida".

Outro assunto discutido foi a reforma do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), cujos gastos somam mais de R$ 140 milhões. Atualmente paralisada, a obra deixou inativa toda a ala ímpar (15 andares) do prédio, um total de 280 leitos desativados. E o Pronto Socorro, onde já foi finalizado o reparo, está absorvendo a demanda crescente, mas o atendimento ficou comprometido, resultando no adiamento de cirurgias agendadas e sem datas remarcadas para efetuar os procedimentos.

Apesar de possuir um corpo clínico extremamente capacitado e renomado, as péssimas condições de trabalho no HSPE não permitem um atendimento digno aos funcionários públicos estaduais. Representantes da área da saúde, inclusive, apresentaram na Audiência Pública relatos das situações que enfermeiros e médicos enfrentam diariamente para exercerem seus ofícios, um descaso com os usuários do Iasmpe, descontados compulsoriamente mensalmente, e com os próprios profissionais.

Quick massage disponível em Santos e São Vicente

Para ajudar a relaxar e amenizar as tensões obtidas com os conflitos do cotidiano, a Assojubs disponibiliza em suas sedes de Santos e São Vicente sessões de quick massage. O atendimento é realizado pela massoterapeuta Fernanda Moraes de Ramos.

A quick massage é aplicada, de 15 a 30 minutos, em uma cadeira extremamente confortável e especialmente projetada para a massagem. A técnica traz inúmeros benefícios como a redução do estresse, distensão muscular e dores, alivia a fadiga, ajuda a prevenir a LER (Lesão por Esforço Repetitivo) e DORT (Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho), proporciona aumento da imunidade, melhora da criatividade, humor e condição física para enfrentar a rotina.

Na Assojubs São Vicente, o atendimento acontece às quartas-feiras, das 9 às 17h30, e em Santos, às quintas-feiras, das 8 às 18 horas. Para a sessão de 15 minutos, o valor é de R$ 14,00. Já para a sessão de 30 minutos o custo é de R$ 30,00. O pagamento pode ser feito através do débito em conta.

Os associados e dependentes interessados devem marcar o horário na Secretaria com, no mínimo, dois dias de antecedência para que a profissional possa organizar sua agenda e prestar um bom atendimento aos associados.

Em Santos, para agendar o horário é só ligar no 3223-2377. Em São Vicente, contato pelo 3468-2665.

A técnica da quick massage traz inúmeros benefícios

Novos Convênios

Gastronomia – São Vicente

Restaurante da Maria

Rua Jacob Emmerick, 893, Centro
Telefone: (13) 3304-8749
3468-1959 / 3469-4718

Guido Café e Gastronomia

Rua Jacob Emmerick, 1390/1394, Centro - Telefone: (13) 3467-1565

Educação

Universidade de Mogi das Cruzes

Campus da Sede
Av. Dr. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 200, Centro Cívico, Mogi das Cruzes
Telefone: (11) 4798-7000

Campus Vila Lobos/Lapa
Av. Imperatriz Leopoldina, 550, Vila Leopoldina, São Paulo
Telefone: (11) 3468-5050

Acesse a lista completa em www.assojubs.org.br

Não fique só, fique sócio da Assojubs!

assojubs
servidores do judiciário sp

Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo

Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:
Nome:
RG: Nascimento:
CPF: Estado Civil:
End.: Nº: Complemento:
Bairro: CEP:
Cidade: Tel.:
E-mail: Cel.:
Nextel: ID:
Função: Matrícula:
Lotação: Cidade:
Pai: Nascimento: / /
Mãe: Nascimento: / /
Cônjuge: Nascimento: / /
Dependente: Nascimento: / /
Dependente: Nascimento: / /
Dependente: Nascimento: / /

Autorização

Nome:
titular da conta corrente nº banco ag.

Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.

_____, ____ de _____ de _____

_____
Assinatura

____ /____/_____
Ciente

_____
Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

Esportes

As equipes campeãs do IV Festival de Futsal Kids Jubs

Assojubs, equipe campeã da categoria sub 14

Assojubs, equipe campeã da categoria sub 12

Assojubs, equipe campeã da categoria sub 10

Vasco da Gama, equipe campeã da categoria sub 9

Por mais um ano consecutivo a Assojubs promoveu um evento esportivo totalmente direcionado à garotada, entre 8 e 14 anos, do quadro associativo: o IV Festival de Futsal Kids Jubs. Realizado na manhã do dia 2 de agosto, a competição foi na quadra do Ginásio Cais Colégio Santista, Vila Nova.

O IV Festival de Futsal Kids Jubs teve início às 9 horas com jogos pelas categorias sub 9, sub 10, sub 12 e sub 14. As equipes convidadas para o torneio foram o Vasco da Gama, A. A. Portuários de Santos, C. T. Falcão S. V. e Marvin.

Os resultados do IV Festival de Futsal Kids Jubs foram os seguintes:

Sub 14 – Assojubs 7 x 5 Marvin

Sub 12 - Assojubs (4) 4 x 4 (3) C. T. Falcão S. V.

Sub 10 - Assojubs 5 x 4 A. A. Portuários

Sub 9 – Assojubs (2) 5 x 5 (3) Vasco da Gama

As premiações do IV Festival de Futsal Kids Jubs foram entregues para as equipes vencedoras ao final de cada confronto. Todos os pequenos atletas receberam medalhas de participação e kits com lanche.

O IV Festival de Futsal Kids Jubs contou com a parceria da Triunfo Esportes (responsável pela arbitragem e coordenação das partidas). Os demais departamentos da associação também contribuíram para a promoção da competição.

CLUBE DE CAMPO DA ASSOJUBS
Em Pedro de Toledo

VALORES - ASSOCIADOS
R$ 60,00 diária (c/ pernoite) - 4 pessoas
R$ 12,00 o ingresso por associado (ou dependente) para um dia de lazer

ALUGUEL PARA EVENTOS - ASSOCIADOS
R$ 700,00 por dia (c/ pernoite) - até 35 pessoas
R$ 1.500,00 (s/ pernoite) - até 150 pessoas
R$ 2.000,00 (s/ pernoite) - até 200 pessoas

Reserve já! Entre em contato com a Secretaria da Assojubs

Fone: 13. 3223.2377

Assojubs promove a Noite do Caldo Verde com apresentação de Osvaldinho do Cavaco e Amigos

Em 26 de junho, no espaço da Cantina Assojubs, foi realizada a Noite do Caldo Verde, evento que reuniu os associados, seus dependentes e convidados para um descontraído encontro com música ao vivo. E a apresentação - um vasto repertório de samba e MPB - ficou a cargo de Osvaldinho do Cavaco e Amigos.

FIQUE DE OLHO NA PROGRAMAÇÃO ASSOJUBS!

Criança Jubs 2015
10/10 - 13 às 17 horas - Atmas
6º Festival de Futebol Society da Assojubs
25/10 - Centro de Esportes e Lazer OAB Santos

E AGUARDE, EM DEZEMBRO:
A FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO!
4/12 - Clube Internacional de Regatas
(Ponta da Praia – Santos)
Fiquem atentos à divulgação para a aquisição de convites em nossos meios de comunicação (site, rede social e publicações nos fóruns) ou com os diretores regionais